

País prepara moratória

As sugestões das escolas

Os pontos básicos das propostas encaminhadas por professores de quatro grandes universidades à Ordem e Conselho Regional de Economia

Dívida 6xtempo



para setembro

20 AGO 1989

Governo diz que não paga agora para garantir reservas ao novo presidente

JOÃO BORGES

BRASÍLIA — O Brasil não deve pagar aos bancos estrangeiros os US\$ 2,3 bilhões de juros que vencem no mês que vem. Oficialmente, o ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega, afirma ainda ter esperanças em um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), que evitaria a moratória de setembro. No seu dia-a-dia, porém, o ministro desdobra-se na montagem de um cenário no qual o calote da dívida seja absorvido sem traumas pelos banqueiros e evite, também, abalos na economia do País que poderiam reacender a expectativa de hiperinflação.

Maílson acha que estrategicamente é melhor não pagar agora e garantir ao futuro governo o trunfo de negociar uma solução global para a dívida com reservas ao redor de US\$ 7,6 bilhões. Descarta-se dentro do governo e fora dele a hipótese de repetição do dramático quadro de setembro de 1982, conhecido como setembro negro. A repentina moratória do México, que provocou uma reação em cadeia dos bancos, com fechamento de crédito a todos os países do Terceiro Mundo, pegou a Brasil com reservas baixas.

“O que pode complicar muito é vocês enviarem um telex para agências dos bancos afirmando que não vão pagar”, disse o banqueiro John Reed, presidente do Citicorp, a um atento interlocutor, o ministro Maílson da Nóbrega, durante a conversa que tiveram no dia 7. Reed acabara de ouvir de Maílson a posição do Brasil de não pagar os US\$ 2,3 bilhões para poder preservar as reservas cambiais do

ESTADO DE SÃO PAULO

País. A única hipótese de esse atraso não se concretizar é o acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

ACEITAÇÃO

O acordo permitiria ao Brasil obter a liberação de US\$ 2,8 bilhões, quantia mais do que suficiente para honrar os compromissos que vencem em setembro. Do Banco Mundial viriam US\$ 800 milhões, do FMI outros US\$ 800 milhões e do governo japonês e bancos privados mais US\$ 600 milhões cada. Como esse dinheiro não vem, o governo brasileiro trata de preparar o terreno para atrasar os pagamentos com o cuidado de não ofender os banqueiros. A formalização da moratória complicaria até mesmo as discussões internas dos bancos. “Fica difícil justificar a um executivo do nosso banco a manutenção de relações com um país que acabou de formalizar uma moratória”, ponderou Reed ao ministro da Fazenda.

Os indícios da aceitação pelos banqueiros dos atrasos de pagamentos por parte do Brasil são vários. Desde junho, o Brasil deixou de pagar US\$ 300 milhões de juros e até agora não surgiram reações que prejudicassem o diálogo. O ex-presidente do Banco Central Carlos Geraldo Langoni, que retornou de uma viagem à Europa, recolheu das conversas com dirigentes de bancos europeus e autoridades governamentais a impressão de que há razoável grau de compreensão para com a conjuntura política brasileira.

Tudo lembra 1982

BRASÍLIA — Setembro de 1982: o México surpreende o mundo com a suspensão do pagamento dos juros e do principal de sua dívida. Reação imediata dos banqueiros: cofres lacrados aos demais países do Terceiro Mundo. Foram cortadas em parte as linhas de curto prazo que financiavam o comércio exterior do Brasil e as agências dos bancos brasileiros no Exterior. Essas duas linhas somavam quase US\$ 20 bilhões. Para evitar a falência dos bancos brasileiros e a interrupção do comércio externo — que provocaria o racionamento interno de combustíveis —, o governo lançou mão das reservas cambiais, que em quatro meses viraram fumaça.

O economista Carlos Langoni, então presidente do Banco Central, vê mais diferenças que semelhanças entre aquele e este setembro, sete anos depois. “Há a mesma incapacidade política e institucional para resolver os problemas internos”, diz. Em 82, também às vésperas de eleições (para governador), o governo negou o quanto pôde a ida ao FMI. Mas há diferenças positivas. Naquela época, havia o “fator surpresa”. A bancarrota do México e logo em seguida a do Brasil. Foi um “salve-se quem puder”. Hoje, já existe experiência de negociação e é possível absorver atrasos de pagamentos. Os industrializados estavam em plena recessão. O Brasil dependia mais do petróleo importado e os juros internacionais eram mais altos. Hoje o País produz bom superávit.